

COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E DA AMAZÔNIA – CINDRA .

REQUERIMENTO Nº , DE 2015

(Do Srº Zé Geraldo)

Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre a proposta brasileira para a 21ª Conferência do Clima (COP 21) que será realizada em dezembro de 2015, em Paris; principalmente sobre os itens propostos para a recuperação de áreas degradadas por pastagens e agricultura de baixo carbono na Amazônia.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro que, ouvido o Plenário, a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia realize Audiência Pública para debater sobre a proposta brasileira para a 21ª Conferência do Clima (COP 21) que será realizada em dezembro de 2015, em Paris; principalmente sobre os itens propostos para a recuperação de áreas degradadas por pastagens e agricultura de baixo carbono na Amazônia.

Requeremos, ainda, que sejam convidados para participar da Audiência Pública: Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Agricultura, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Governos de Estado e outros.

JUSTIFICAÇÃO

A 21ª Conferência do Clima (COP 21) será realizada em dezembro de 2015, em Paris, e terá como principal objetivo construir um novo acordo entre os países para diminuir a emissão de gases de efeito estufa, diminuindo o aquecimento global e em consequência limitar o aumento da temperatura global em 2°C até 2100.

O Brasil já apresentou sua INDC (Pretendida Contribuição Nacionalmente Determinada, tradução da sigla em inglês) onde propõe uma contribuição de 43% para a redução das emissões de gases de efeito estufa até 2030, com base em 2005. Neste período, o Brasil pretende o fim do desmatamento ilegal; o reflorestamento de 12 milhões de hectares; a recuperação de 15 milhões de hectares de pastagens degradadas; a integração de 5 milhões de hectares de lavoura, pecuária e florestas.

Mesmo sabendo que a proposta brasileira para redução do aquecimento global tem como meta uma agenda que envolve todos os biomas brasileiros, não podemos perder de vista que a Amazônia oferecerá a maior contribuição para todo o programa; tanto com a proposta de desmatamento zero, quanto pela meta de recuperação de áreas degradadas por pastagens ou o desenvolvimento de uma agricultura de baixo carbono.

A nossa preocupação é justamente saber como os ministérios do Meio Ambiente, Agricultura e Desenvolvimento Agrário agirão em conjunto para a efetivação da contribuição que será proposta pelo Brasil em sua INDC no tocante à Amazônia, onde as questões fundiárias e o uso irregular da terra ainda oferecem forte pressão para o insucesso de uma meta tão avançada, não obstante os esforços recentes por uma agricultura de baixo carbono na região.

Sala da Comissão, em de novembro de 2015.

Deputado Zé Geraldo

